



DIREITO EM PERSPECTIVA

O caso Yukos: a longa batalha jurídica que se espera depois da maior condenação arbitral de sempre

Executar a decisão não será, porém, tarefa fácil. O primeiro passo será encontrar bens pertencentes ao Estado russo não protegidos por regras de direito internacional



João Ilhão Moreira

Na comunidade arbitral, o caso Yukos é, por esta altura, o tema de quase todas as discussões. Trata-se da histórica decisão do tribunal arbitral constituído por Yves Fortier, Stephen Schwebel e Charles Poncet que, em Julho de 2014, condenou o Estado russo ao pagamento de mais de 50 mil milhões de dólares a investidores russos e norte-americanos. Considerou o tribunal arbitral que a dissolução da gigante petrolífera russa Yukos, devido a alegados incumprimentos fiscais, constituía uma violação do Tratado da Carta da Energia, criado para proteger investimentos nestes sectores. A Yukos era controlada, à época, pelo antigo magnata do petróleo e opositor de Putin Mikhail Khodorkovsky.

O extraordinário valor da indemnização decretada, a maior de sempre num processo arbitral (cerca de 20% do PIB português), marca, porém, apenas uma nova fase de uma previsivelmente extensa batalha legal. De facto, o governo russo já deixou claro que não pretende cumprir voluntariamente a decisão. Perante a intransigência russa, e prevendo-se que os tribunais russos não dêem cumprimento a esta sentença arbitral, caberá aos investidores encontrar tribunais que aceitem executar a decisão no seu respectivo país.

Executar a decisão não será, porém, tarefa fácil. O primeiro passo será encontrar bens pertencentes ao Estado russo não protegidos por regras de direito internacional que limitam, em grande medida, a possibilidade de executar bens estaduais localizados no estrangeiro. De seguida, os investidores precisarão de iniciar uma acção no Estado onde se encontram esses bens, sendo de esperar uma forte oposição russa a qualquer tentativa de execução dos seus bens. Os elevadíssimos valores em causa transforma-

rão, todavia, estas tentativas num longo e penoso processo que envolverá, potencialmente, dezenas de processos paralelos.

Por sua vez, o governo russo iniciou já uma acção para anular a decisão arbitral. As decisões arbitrais não têm recurso. Por isso, o pedido de anulação da decisão é, possivelmente, o último expediente disponível para a Rússia reverter ainda a decisão arbitral. Nesta acção de anulação, a ser decidida pelo tribunais holandeses, dado ter sido esse país a sede do tribunal arbitral, a Rússia vai tentar demonstrar que o Tribunal Arbitral violou gravemente regras fundamentais processuais durante a sua decisão.

Os argumentos da Rússia neste sentido são vários. Numa extensa exposição de 227 páginas, argumenta o Esta-

do russo pontos tão diversos como a não ratificação do Tratado da Carta de Energia pela Rússia ou uma excessiva intervenção do secretário do tribunal na elaboração da decisão. Pode admitir-se que o processo de anulação da decisão corresponda apenas a uma tentativa de protelar a execução da sentença. Contudo, é também representativo do crescente afastamento do Estado russo dos valores da economia de mercado e de incentivo ao investimento dominantes na Europa ocidental.

Associado da PLMJ Arbitragem

PLMJ 
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL



Mikhail Khodorkovsky controlava a Yukos